



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JEAN LUCAS DE FRANÇA SANTOS

**INSTITUIÇÕES, VIOLÊNCIA E PAZ: INTERCESSÕES ENTRE MUDANÇA
INSTITUCIONAL E ESTUDOS PARA A PAZ**

JOÃO PESSOA

2026

JEAN LUCAS DE FRANÇA SANTOS

**INSTITUIÇÕES, VIOLÊNCIA E PAZ: INTERCESSÕES ENTRE MUDANÇA
INSTITUCIONAL E ESTUDOS PARA A PAZ**

Artigo científico, resultado da Iniciação Científica 2024-2025, apresentado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Profa. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini.

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237i Santos, Jean Lucas de França.

Instituições, violência e paz: intercessões entre
Mudança Institucional e Estudos Para a Paz / Jean Lucas
de França Santos. - João Pessoa, 2026.

47 f. : il.

Orientação: Mariana Pimenta Oliveira Baccarini.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Estudos para Paz. 2. Instituições. 3. Mudança
institucional. 4. Violência. 5. Construção da Paz. I.
Baccarini, Mariana Pimenta Oliveira. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

JEAN LUCAS DE FRANÇA SANTOS

"Instituições, violência e paz: intercessões entre mudança institucional e Estudos Para a Paz"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 12 de junho de 2026

Documento assinado digitalmente
 **MARIANA PIMENTA OLIVEIRA BACCARINI**
Data: 12/06/2026 18:57:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccarini - (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS ALAN SHAIKHZADEH VAHDAT FERREIR**
Data: 12/06/2026 17:02:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira - (Membro 2)

Documento assinado digitalmente
 **PASCOAL TEOFILO CARVALHO GONCALVES**
Data: 12/06/2026 16:20:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves - (Membro 3)

Aos meus pais, que, dando o mundo em minhas mãos,
me fizeram internacionalista muito antes deste curso.
A vocês tudo devo.

À minha avó, que sempre acreditou em destinos para
mim mais longínquos do que jamais pude sonhar.
Você é a minha alegria.

AGRADECIMENTOS

Feliz de mim que tenho muito pelo que ser grato. E como o tenho.

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Adriana e João, que sob tanto sol me fizeram chegar aqui na sombra. Agradeço por cada sacrifício que fizeram e fazem por mim, dos pequenos aos grandes, por absterem-se de si mesmos para que eu pudesse vir à frente. Agradeço por serem exemplo de excelência, de esforço e empenho. Agradeço por tanto cuidado e preocupação, por tanto carinho e dedicação. Obrigado mãe por ser colo afetuoso, figurativamente e literalmente, muitas vezes sem nem mesmo saber. Foi por meio de seu cuidado e dedicação que pude chegar até aqui. Obrigado por ser mãe e amiga, por tantos dias e noites juntos, por tantas conversas e por tantos silêncios. Obrigado pai, por ser parceria e suporte. Obrigado por me conhecer e entender mesmo no silêncio. Obrigado por tanta instrução, e como você a tinha e ainda tem. Obrigado por me incentivar e me permitir tanto. Obrigado por não apenas acreditar, mas ter certeza do meu potencial. O quanto sou grato a ambos é incomensurável, mas algo posso dizer para sintetizar: vos amo.

Agradeço à minha avó, Juraci, que é a alegria que me preenche e completa, um ser de brilho próprio. Obrigado por ter se feito tão presente na minha vida e ser uma segunda casa. Obrigado por ter me dado tantas memórias e risadas, e quão boas foram. Obrigado por me fazer uma pessoa menos séria. Obrigado por acreditar com veemência em destinos para mim tão longínquos. Obrigado por cada vez que me viu e pronunciou meu nome como se eu fosse a pessoa mais importante no mundo, pois é assim que você me faz sentir. Quero poder lembrar de tudo isso eternamente.

Agradeço ao meu irmão, André, que sempre se fez disponível para me dar suporte. Obrigado por ter primeiro me querido, pedindo por um irmão, e por continuar a me querer e procurar. Obrigado pelas boas memórias, pelo afeto e carinho. Obrigado por tanta preocupação. Agradeço também àqueles de minha família que levo com tanto carinho: minha tia, Ana de Cássia; meu avô, Marcos; Minhas tias-avós: Perpétuo e Josilda; e minha prima, Polly.

Agradeço às minhas amigas que a vida me deu: Nathália, Karol, Manu, Brendha e Nayara. Agradeço a Nathália por ter sido ouvido amigo e incentivo, por tanto se parecer comigo e por tanto diferir de mim. Obrigado por sempre se fazer presente na minha vida e por torcer tanto por mim. Sua amizade me tornou o que hoje sou. Agradeço a Karol pela amizade e irmandade. Obrigado pelo companheirismo, por ainda continuar aqui, me lembrando do que

fui e do que sou. Agradeço a Manu, que me acompanha há 20 anos. Quão bom é poder ter uma amizade tão longa. Obrigado pela amizade que permanece e por permanecer me encantando. Obrigado por fazer parte da minha história. Agradeço a Brendha por, depois de anos, ainda me fazer rir tanto. Obrigado por ser você mesma. Agradeço a Nayara por continuar a fazer questão de nossa amizade e por tanto se parecer comigo. Agradeço a todas por me manterem ancorado e me lembrarem de quem sou.

Agradeço à Bia, que me acompanhou desde o primeiro período até aqui, seja nas disciplinas, nas extensões ou na pesquisa. E como foi bom ter você comigo. Você tornou essa caminhada mais leve, as aulas mais divertidas e a universidade mais interessante. Obrigado por ter transformado a universidade para mim e ter me transformado. Obrigado por ter sido meu porto seguro em meio a tantas turbulências. Obrigado por ter me escutado por tantas vezes, obrigado por tanto me incentivar e me fazer acreditar no meu potencial, mas mais importante, obrigado pela amizade. Sequer consigo imaginar chegar até aqui sem você.

Agradeço a Rafa e Lara, que foram minha casa a 6.400 km da minha própria. A amizade de vocês foi uma grata surpresa que o intercâmbio me trouxe. Obrigado por terem sido rede de apoio e de risadas. Obrigado pela nossa pequena rotina, por nossas comprinhas, nossas sessões de estudo e de filmes, por nossas viagens. Obrigado por tantas boas memórias, e foram muitas. Mais importante: obrigado por estarem presentes na realização de um antigo sonho. Vocês compuseram um dos momentos mais marcantes da minha vida.

Agradeço, ainda, a todos aqueles amigos e colegas que de minha trajetória fizeram parte, sejam da escola, da vida ou da universidade. A todos aqueles que me marcaram, minha memória e gratidão.

Agradeço aos professores que marcaram essa trajetória. Agradeço à professora Baccarini, que por três vezes me fez encantar-me pela Academia: na sua primeira aula de Teoria Política Contemporânea, quando fui seu monitor de Teoria Política Contemporânea e quando fui seu pesquisador de iniciação científica, o que resultou neste trabalho. Obrigado por toda a orientação e confiança. Agradeço ao professor Marcos Alan, por também ter me encantado pela Academia e me apresentado o campo dos Estudos Para a Paz, objeto deste trabalho. Agradeço em conjunto ao professor Túlio, que me forneceu um outro campo de interesse e que, junto ao professor Marcos Alan, acolheu minha ideia de artigo com entusiasmo.

Por fim, agradeço a mim, que nunca deixei de acreditar na educação e a ela me dedicar.

“May the warmth of complexity shine on your face. May the winds of good change blow gently at your back. May your feet find the roads of authenticity. May the web of change begin!” (Lederach, 2014)

RESUMO

Este artigo propõe uma articulação teórica entre os Estudos para a Paz (EPP) e a literatura sobre Mudança Institucional (MI), campos que, apesar de profícuos, raramente dialogam de forma sistemática. Partindo do pressuposto de que instituições reproduzem e legitimam a violência — em suas dimensões direta, estrutural e cultural —, argumenta-se que sua interseção oferece um caminho analítico promissor para a transformação de estruturas geradoras de conflito. O artigo desenvolve um modelo teórico que integra a tipologia da violência de Galtung à análise institucional, demonstrando como ideias e processos de mudança podem tanto cristalizar quanto atenuar dinâmicas violentas. Para ilustrar a aplicação do modelo, examina-se a transição das operações de *peacekeeping* para o *peacebuilding* na Organização das Nações Unidas, evidenciando como a institucionalização de novas práticas de construção da paz articulou choques externos e transformações ideacionais de longo prazo. Conclui-se pela necessidade de um programa de pesquisa orientado para a “mudança institucional para a paz”, no qual a reforma de instituições violentas é condição central para a paz duradoura.

Palavras-Chave: Estudos Para Paz; Instituições; Mudança Institucional; Violência; Construção da Paz.

ABSTRACT

This article proposes a theoretical articulation between Peace Studies (PS) and the literature on Institutional Change (IC), fields which, although prolific, rarely engage in a systematic dialogue. It departs from the assumption that institutions reproduce and legitimize violence — in its direct, structural, and cultural dimensions — arguing that their intersection provides a promising analytical pathway for transforming conflict-generating structures. The article develops a theoretical model that integrates Galtung's typology of violence with institutional analysis, demonstrating how ideas and processes of change can both crystallize and mitigate violent dynamics. To illustrate the application of the model, it examines the transition from peacekeeping to peacebuilding operations within the United Nations, showing how the institutionalization of new peacebuilding practices articulated external shocks and long-term ideational transformations. It concludes by calling for a research program oriented toward “institutional change for peace,” in which the reform of violent institutions constitutes a central condition for durable peace.

Keywords: Peace Studies; Institutions; Institutional Change; Violence; Peacebuilding.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Institucionalização do peacebuilding	37
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DPKO	Departamento de Operações de Paz
EPP	Estudos Para a Paz
IBL	Institucionalização Antes da Liberalização
IER	Institucionalismo da Escolha Racional
IH	Institucionalismo Histórico
IS	Institucionalismo Sociológico
MI	Mudança Institucional
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUC	Operação das Nações Unidas no Congo
ONUCA	Grupo de Observadores das Nações Unidas na América Central
OP	Operações de Paz
PBA	Arquitetura de Construção da Paz
PBC	Comissão de Construção da Paz
PBF	Fundo para a Construção da Paz
PBSO	Escritório de Suporte à Construção da Paz
PRISMA ScR	Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses for Scoping Reviews
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
UNAMIR	Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda
UNEF I	Força de Emergência das Nações Unidas I
UNFICYP	Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas em Chipre
UNMOGIP	Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na Índia e no Paquistão
UNOSOM II	Operação das Nações Unidas na Somália II
UNPROFOR	Força de Proteção das Nações Unidas
UNSF	Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné Ocidental
UNTAG	Grupo de Assistência para a Transição das Nações Unidas

UNTSO

Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	OS ESTUDOS PARA PAZ E O TRIÂNGULO DA VIOLÊNCIA	16
3	COMO AS INSTITUIÇÕES PERPASSAM AS VIOLÊNCIAS.....	20
4	O PAPEL DAS IDEIAS NA MUDANÇA INSTITUCIONAL E NA CONSTRUÇÃO DA PAZ.....	24
5	CONECTANDO MUDANÇA INSTITUCIONAL E CONSTRUÇÃO DA PAZ: DO PEACEKEEPING AO PEACEBUILDING NA ONU.....	27
5.1	CONTEXTO PRÉVIO: AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ..	27
5.2	O PROCESSO DE MUDANÇA.....	29
5.2.1	Mudança gradual endógena: o processo de aprendizado social.....	29
5.2.2	Mudança gradual exógena: a mudança no campo das ideias.....	31
5.2.3	A conjuntura crítica e a abertura sistêmica.....	33
5.2.4	A institucionalização do peacebuilding.....	34
5.3	BALANÇO DAS OPERAÇÕES DE PEACEBUILDING: CONSTRUÇÃO DA PAZ?.....	37
6	CONCLUSÃO	41
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Apesar de relativamente recentes, os campos teóricos dos Estudos Para a Paz (EPP) e da Mudança Institucional (MI) são extremamente profícuos, uma vez que constituem teorias sociais abrangentes, cujas elaborações têm longo e médio alcance, respectivamente. Todavia, esses campos, em especial os EPP, podem ser potencializados ainda mais por meio de sua interseção. Embora os EPP expliquem os processos de violência e construção da paz e o neoinstitucionalismo explique estabilidade e mudança institucional, permanece pouco compreendido de que forma as instituições participam da reprodução da violência e da construção da paz, constituindo uma lacuna teórica na articulação entre esses campos. É justamente a partir dessa compreensão que se questiona como os campos dos Estudos Para a Paz e do neoinstitucionalismo se conectam para explicar a reprodução da violência e a construção da paz. Com efeito, parte-se da hipótese de que as instituições, como entendidas no neoinstitucionalismo, influenciam diretamente nos processos de reprodução da violência, sendo a mudança institucional passível de levar à construção da paz.

Os EPP se consolidaram como um campo de estudos nos anos 1950 e 1960, no contexto do pós-guerra (Rogers, 2022; Wallensteen, 2011). Com efeito, é no período da Guerra Fria, marcado por guerras no terceiro mundo, que os debates propostos pelo campo teórico se tornam mais profícuos, pelo temor de um retorno do contexto belicoso (Ferreira; Kuhlmann; Maschietto, 2019; Richmond, 2005; Rogers, 2022; Wallensteen, 2011). A corrente, então, se debruça na conceituação de paz e em sua obtenção. Como posto por Wallensteen (2001, p. 3, tradução própria), “o objetivo dos Estudos Para a Paz é compreender as causas da violência e encontrar meios de reduzi-la e removê-la”¹. Nesse sentido é que se consolidam as conceituações tradicionais dos EPP sobre paz positiva e negativa, e violência direta, estrutural e cultural (Galtung, 1969, 1990, 1996).

Por sua vez, a literatura neoinstitucionalista aborda as instituições, seu processo de criação e mudança. Apesar do neoinstitucionalismo possuir distintas variantes, todas elas visam estudar a influência das instituições em processos sociais e políticos (Campbell, 2004; Fioretos; Falleti; Sheingate, 2016; Hall; Taylor, 1996). Para a literatura neoinstitucionalista, instituições seriam “a fundação da vida social”² (Campbell, 2004, p. 1, tradução própria). Com efeito, podem ser definidas como normas, regras formais e informais, mecanismos de monitoramento e enforcement, sistemas de significado, ou mesmo modelos morais

¹ The aim of peace research is to understand the causes of violence and find ways to reduce and remove violence.

² Institutions are the foundation of social life.

(Campbell, 2004; Hall; Taylor, 1996; Peters, 2019). Mais do que isso, instituições seriam poderosas forças externas, frequentemente atreladas à estabilidade (Conran; Thelen, 2016). No entanto, instituições mudam — ora radicalmente, ora gradualmente (Campbell, 2004). É nessa perspectiva que tem surgido o campo da MI, buscando compreender como e por que elas mudam.

Ao considerar-se que instituições estruturam padrões de interação, distribuem recursos, definem incentivos e produzem sistemas de significado socialmente compartilhados (Campbell, 2004), seus efeitos passam a se relacionar com a organização das relações de poder na sociedade (Pierson, 2016). Dessa forma, infere-se que as instituições afetam diretamente a reprodução da violência, conforme definida pela tipologia de Galtung (1969, 1990, 1996), e que seu processo de formação, bem como de mudança, envolve necessariamente os elementos de violência presentes na sociedade, podendo ser elas mesmas veículos de violência. Tendo isso em vista, parte-se do pressuposto de que as instituições representam um elemento explicativo central ao campo teórico da paz, sendo, pois, um “ponto cego”, cujos contornos urgem ser abordados, para que se possa galgar uma compreensão abrangente da construção da paz e da eliminação da violência e do conflito, objetivo norteador dos EPP (Ferreira; Kuhlmann; Maschietto, 2019).

Assim, este trabalho se propõe a ser uma obra introdutória, cujo objetivo geral é aprofundar-se nos EPP e identificar possibilidades de diálogo com o campo da MI, buscando seus pontos de interseção a partir da literatura dos EPP, do Institucionalismo e das correntes da MI. Para tanto, busca aprofundar o debate acerca da violência direta, estrutural e simbólica; identificar quais e como os tipos de violência são perpassados por instituições; analisar o papel das ideias na mudança institucional e na construção da paz; e, por fim, analisar a introdução do *peacebuilding* no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

Por conseguinte, enquanto metodologia, o presente trabalho se insere no quadro de uma metodologia qualitativa exploratória, orientada por meio de levantamento bibliográfico e revisão de literatura — ideal para desenvolvimento de teorias, modelos conceituais e estudo de áreas interdisciplinares (Snyder, 2019) —, culminando em uma análise da introdução do *peacebuilding* na ONU. Buscou-se realizar uma revisão sistemática de literatura (RSL) inspirada nas diretrizes PRISMA ScR (*Prisma for Scoping Reviews*), com o objetivo de ensinar a relevância do tema e averiguar a existência de literatura prévia que tratasse da interseção entre EPP e MI (Alves *et al*, 2022). Foram definidos como critérios de inclusão publicações que contivessem ambos os termos “Mudança Institucional” e “Estudos para Paz”/“Estudos de Paz” ou “Institutional Change” e “Peace Studies” em seu título, abstract

e/ou palavras-chave. Enquanto critério de exclusão, foram retiradas obras que não tratassem da interseção teórica dos campos. Quanto ao recorte temporal, não foi imposto limite de data, tendo em vista a escassez de obras nessa orientação. Foram utilizadas as bases de dados Scielo, Scopus, JSTOR e Sage Journals. Na plataforma Scielo, foram aplicados os operadores booleanos com os termos em português, enquanto nas plataformas JSTOR, Scopus e Sage Journals, utilizaram-se os mesmos termos em inglês.

Como resultado, apenas dois artigos foram encontrados na Scopus, os quais foram excluídos pelo recorte conteudista, por não tratar dos campos teóricos. Uma vez que se constatou a ausência de estudos que tratem da interseção entre as teorias³, procedeu-se à revisão da literatura de tipo tradicional, ou seja, aquela que não possui protocolos definidos (Alves et al, 2022). Mais especificamente, procedeu-se a uma revisão integrativa dos campos em separado, a qual é mais adequada para o propósito de integrar perspectivas e criar novos modelos teóricos (Snyder, 2019, p. 334). De fato, esse modelo de revisão busca rever o estado da arte criticamente, viabilizando um novo modelo teórico, sem parâmetros estritos e sem necessariamente cobrir toda a literatura, mas sim as ideias principais com relação a uma questão (ibidem). No que se refere ao caso analisado, adotou-se uma análise documental e revisão de literatura. Utilizou-se de documentos normativos da ONU relacionados às OP. Estes foram analisados qualitativamente, identificando as alterações introduzidas nos objetivos, instrumentos e formas de compreender e abordar a paz. Essas transformações foram, então, interpretadas à luz dos conceitos dos EPP e da MI.

Desse modo, este trabalho se divide em mais cinco seções, para além desta. Primeiro, serão aprofundados os conceitos e debates dos EPP. Em seguida, buscar-se-á compreender a teoria institucionalista e de que forma as instituições perpassam a violência. A quarta seção buscará demonstrar de que forma as ideias corroboram para a mudança institucional e, portanto, para a construção da paz. A quinta, por sua vez, consiste no estudo de caso. Enfim, tem-se a conclusão, na qual será apresentado um apanhado geral, debates e proposições para os campos teóricos.

³ Revisão Sistemática de literatura realizada em 04 e 05 de março de 2025 nas páginas JSTOR, Sage Journals, Scielo e Scopus, com os termos “Mudança Institucional” AND “Estudos para Paz”, “Mudança Institucional” AND “Estudos de Paz” e “Institutional Change” AND “Peace Studies” em seu título, abstract e/ou palavras-chave. Excluiu-se aquelas obras que não abordassem as teorias

2 OS ESTUDOS PARA PAZ E O TRIÂNGULO DA VIOLÊNCIA

A questão da paz tem sido um debate premente da civilização humana ao longo dos anos, a partir do qual se atribuíram diversos significados ao termo, que se somaram no decorrer da história, chegando a consolidar um campo teórico destinado ao seu debate, os Estudos para Paz. Com efeito, a paz parece ser almejada por todos, mas historicamente alcançada por poucos ao considerar-se a recorrência de guerras e conflitos, mas, em especial, ao considerar-se uma paz forte⁴ (Webel, 2007). Mais do que isso, ela é um ideal intersubjetivo e relacional em construção, podendo ser entendida em termos de si ou do coletivo, variando de acordo com cada cultura (Galtung, 1985; Webel, 2007). A paz, que tende a ser entendida negativamente, tem sido muito atrelada à ausência da guerra (Richmond, 2005, 2008). Todavia:

A paz também não é a mera ausência de guerra em um mundo hobbesiano de conflito violento incessante. A paz é, ao mesmo tempo, um meio de transformação ética pessoal e coletiva e uma aspiração de purificar o planeta da destruição infligida pelo ser humano. O meio e o fim estão em contínua evolução dialética, ora regredindo durante períodos de conflito violento agudo, ora progredindo de forma não violenta e menos violenta para a efetivação da justiça política e da equidade social. Tal como a história e a vida, a paz é uma criação terrena que luta por sobrevivência em um ambiente em constante mudança, e por vezes ameaçador.⁵ (Webel, 2007, p. 7-8, tradução própria)

Uma vez passados os horrores das duas grandes guerras mundiais, mas ainda constatada a incidência de guerras civis e crises migratórias e humanitárias, os debates sobre a paz se tornaram ainda mais profícuos durante a Guerra Fria (Rogers, 2022). Nasce o EPP, cujo principal objeto de estudo é a manifestação da violência (Ferreira, 2019), não obstante as questões de guerra e segurança e a inclinação estado-cêntrica em que incorre o campo (Richmond, 2008). O campo dos EPP se coloca numa posição revolucionária justamente a partir de sua compreensão abrangente do fenômeno da violência. Enquanto objetivo, tem: compreender as causas da violência e como mitigá-la ou eliminá-la. Surge, pois, como um campo disciplinar de viés normativo e orientado a valores (Ferreira, 2019).

⁴ Paz Forte ou Duradoura é definida como a unificação da paz negativa e da paz positiva em ambos os níveis, interno (individual) e externo (social) (Webel, 2007, p. 12)

⁵ Peace is also not the mere absence of war in a Hobbesian world of unending violent conflict. Peace is both a means of personal and collective ethical transformation and an aspiration to cleanse the planet of human-inflicted destruction. The means and the goal are in continual, dialectical evolution, sometimes regressing during periods of acute violent conflict and sometimes progressing non-violently and less violently to actualize political justice and social equity. Like history and life, peace is a terrestrial creation struggling for survival in a constantly changing, and sometimes threatening environment

Nessa perspectiva, Galtung (1969) define três princípios que devem ser aplicados à abordagem da paz enquanto objeto de um campo acadêmico: (1) a utilização do termo “paz” deve ser orientada para objetivos sociais amplamente compartilhados; (2) esses objetivos devem ser viáveis; e, por fim, (3) deve-se reconhecer como válida a premissa de que a paz é a ausência da violência. Desse modo, a paz deixa de estar atrelada somente à guerra e, portanto, a questões materiais e interestatais, sendo agora relacionada à violência, doravante entendida de forma abrangente.

A violência é definida por Galtung (1969, p. 168, tradução própria) como sendo “a causa da diferença entre o potencial e o real, entre o que poderia ter sido e o que é. Violência é o que aumenta a distância entre o potencial e o real, e o que impede a diminuição dessa distância”⁶. Ou seja, a violência passa a ser entendida como a limitação imposta, que impede o indivíduo de alcançar o desejado ou a melhor condição possível, quando era, na verdade, viável. Mais do que isso, Galtung (1969) entende a violência em termos de influência. A partir desse entendimento, ela pode ser diferenciada em diversas categorias dicotômicas, as quais ressaltam que a violência não precisa ser necessariamente física, direta ou mesmo observável (Galtung, 1969)⁷.

Dessa compreensão, surge a tipologia da violência, elaborada nos escritos de Galtung (1969, 1990, 1996). Em primeiro lugar, tem-se a violência direta ou pessoal, na qual tem-se os meios de realização diretamente destruídos (Galtung, 1969). É o entendimento mais tradicional da violência. Esta forma de violência pressupõe um sujeito executor que limite ou cause danos/destruição, não sendo necessariamente os prejuízos físicos, uma vez que inclui a dimensão psicológica também, a exemplo da ameaça do uso da força (Galtung, 1969, 1996; Ferreira, 2019). A violência direta, de maneira distinta das demais, implica em mudança e dinamicidade, uma vez que se faz inexoravelmente perceptível (Galtung, 1969)⁸.

⁶ Violence is here defined as the cause of the difference between the potential and the actual, between what could have been and what is.

⁷ Ela pode ser física — ainda diferenciável da biológica — ou psicológica, afetando o corpo ou a alma, respectivamente; de abordagem negativa — com prejuízo — ou positiva — incentivando comportamentos —; pode haver existência ou não de um objeto atingido; pode haver presença ou não de um sujeito ator; intencional ou não; e, por fim, pode ser observável ou latente (Galtung, 1969)

⁸ A partir dessa compreensão, pode-se desdobrar a violência pessoal em uma tipologia própria. De um lado, tem-se os tipos focados na fisicalidade, quais sejam, o esmagamento, o dilaceramento, a perfuração, a queimadura, o envenenamento ou a evaporação. Do outro lado, resalta-se as privações: de ar, água, comida ou movimento. Ainda, vale destacar que os limites entre fisicalidade e psicologia são turvos, pois um pode influenciar o outro (Galtung, 1969). Galtung (1990) propõe também uma nova tipologia para a violência direta, a partir das necessidades que esta atinge. Passa a se desdobrar em necessidades de sobrevivência (matar), necessidades de bem-estar (mutilação, cercos e sanções), necessidades identitárias (dessocialização e ressocialização) e necessidades de liberdade (repressão, detenção e expulsão), as quais poderiam ser acrescidas do equilíbrio ecológico, que influiria em todas as demais necessidades.

Por outro lado, a violência estrutural dá-se de forma indireta, sem a existência de um ator, estando imbuída na estrutura, de forma a sequer ser notada, por vezes. Diferentemente da violência pessoal, ela é significativa mesmo sem um objeto (Galtung, 1969). Ela se manifesta por meio da distribuição desigual de poder e oportunidades, a partir do monopólio de recursos e ideias, ao reduzirem o real abaixo do potencial (Galtung, 1969, 1996). Nesse sentido, a violência estrutural também pode ser subentendida como injustiça social (Galtung, 1969), a qual opera numa lógica de *topdogs* e *underdogs*, consistindo na distribuição desigual, em que os *topdogs* ganham muito mais das interações sociais (Galtung, 1990). Pode, ainda, ser definida como “a diferença entre a expectativa de vida ótima e a real”⁹ (Galtung; Høivik, 1971, p. 74, tradução própria).¹⁰

Para Galtung (1969, p. 175, tradução própria), estrutura seria “o conjunto de todos os sistemas de interação, dado um determinado conjunto de atores”¹¹, os quais interagem dentro e entre esses sistemas que formam, ocupando diferentes patentes e níveis. A partir dessa interação, surge uma troca de valores, o que leva à distribuição desses valores. Esse processo pode ser igualitário ou não. Nesse sentido, Galtung (1969) destaca seis fatores que levam à manutenção da violência estrutural¹², aos quais os sistemas tendem, a menos que sejam intencionalmente e incisivamente combatidos (Galtung, 1969). Portanto, a tendência é o agravamento da desigualdade e, logo, da violência.

Ainda, a violência estrutural se aproxima de ser estática, tendendo à estabilidade. Essa característica a leva a ser, por vezes, naturalizada. De fato, é justo dizer que um fato tão estável e silencioso na estrutura social, passará a ser concebido como normal. É justamente este fator que a torna tão perigosa, pois, ainda que não ocorra de forma direta, não deixa de ser uma forma de violência, podendo, inclusive, matar tanto quanto a violência pessoal (Galtung, 1969).

Por último, mais adiante em seus escritos, Galtung (1990, 1996) define o terceiro tipo de violência, a partir do qual se pode compreender parcialmente essa estabilidade. Com

⁹ In other words, structural violence is the difference between the optimal life expectancy and the actual life expectancy

¹⁰ O autor também propõe uma tipologia própria para a violência estrutural a partir das necessidades que esta afeta. Para ele, esta forma de violência se desdobra em exploração A (necessidades de sobrevivência); miséria e exploração B (necessidades de bem-estar); cidadania de segunda classe, penetração e segmentação (necessidades identitárias); e expulsão, marginalização e fragmentação (necessidades de liberdade); as quais também poderiam ser acrescidas do equilíbrio ecológico. (Galtung, 1990)

¹¹ The set of all such systems of interaction, for a given set of actors

¹² Ordens de classificação lineares, com clareza de hierarquia; padrão de interação acíclico, com uma única forma de interação; correlação entre posição hierárquica e centralidade no sistema; similaridade entre os sistemas; alto acoplamento hierárquico entre níveis, em que o mais alto em um sistema tende a ser o mais alto em outro

efeito, a violência cultural será definida como os “aspectos da cultura, a esfera simbólica de nossa existência [...], que podem ser utilizados para justificar ou legitimar a violência direta ou estrutural”¹³ (Galtung, 1996, p. 196, tradução própria). A violência cultural torna a violência direta e a estrutural aceitáveis, às vezes fazendo-as parecer o certo. O processo por meio do qual ela age é o da internalização. Por meio dele, o imoral se tornaria mais aceitável ou simplesmente invisível para o indivíduo (Galtung, 1990).

Galtung (1990, 1996) destaca algumas formas de violência cultural. O autor elenca religião, ideologia, língua, arte, ciência empírica, ciência formal e cosmologia. Todos esses domínios culturais passam a representar uma forma de violência no momento em que agem de forma a inferiorizar um indivíduo, tornando-o secundário, “menos importante”. Isso porque, ao distinguir entre indivíduos, a violência cultural tornaria aceitável tratá-los como “menos” – violência direta – ou mantê-los nessa condição de inferioridade – violência estrutural –.

Dessa forma, pode-se montar a imagem do triângulo vicioso da violência (Ferreira, 2019; Galtung, 1996), por meio do qual a relação simbiótica entre os três tipos de violência pode ser vista. A imagem do triângulo, pressupõe que as três se influenciam mutuamente, de forma que uma tende a causar ou legitimar a outra (Ferreira, 2019). Para ilustrar, apesar de independentes, as violências direta e estrutural, quando presentes, podem implicar na latência uma da outra, pois é inegável que uma pode acarretar na outra quando observado um maior período de tempo (Galtung, 1969). Assim, sem a extinção de todas elas, um ciclo violento continuará (Galtung, 1990). Junto desse triângulo, Galtung (1990, 1996) propõe uma divisão em estratos. Nesse sentido, cada uma das violências ocorre de forma e em períodos distintos. No topo, a violência direta, visível e episódica; no meio, a violência estrutural, com fluxos e refluxos; já embaixo, a violência cultural, como um fluxo contínuo que alimenta as outras duas.

Por conseguinte, uma vez que se entende a paz e a violência por meio de suas concepções abrangentes, a paz passa a se dividir em três formas, a saber, a paz positiva, a paz cultural e a paz negativa. A paz negativa representaria o entendimento mais tradicional da paz, segundo o qual esta se caracteriza pela ausência da violência em sua dimensão pessoal/direta. Já a paz positiva está sustentada em elementos de justiça social e qualidade de vida, a partir da ausência da violência estrutural. Por fim, a paz cultural seriam os elementos da cultura que justificam e legitimam as outras duas formas de paz. (Ferreira, 2019; Galtung, 1969, 1996)

¹³ Those aspects of culture, the symbolic sphere of our existence [...] that can be used to justify or legitimize direct or structural violence.

3 COMO AS INSTITUIÇÕES PERPASSAM AS VIOLÊNCIAS

Galtung (1985, 2010) e Ferreira (2016) abordam a transdisciplinaridade nos Estudos de Paz, a qual seria um elemento central deste campo. Mais do que isso, Galtung (1985) a mostra como um percurso natural do pesquisador e do campo, ao passo que Ferreira (2016) a define como “uma necessidade epistemológica” (p. 3). Para tanto, propõe-se três posturas necessárias ao pesquisador da paz, das quais a terceira é o aprendizado a partir de outras áreas do conhecimento (Ferreira, 2016).

Os EPP recorrem às ciências sociais para compreender diferentes dimensões da violência e da paz (Galtung, 2010). Enquanto a psicologia contribui para analisar necessidades humanas e conflitos em nível individual para determinar até que ponto se alcançou a paz, a sociologia permite compreender estruturas sociais e mecanismos de reprodução da violência; a antropologia volta-se aos sistemas culturais de significado, contribui para o entendimento da reprodução de culturas violentas; a ciência política analisa relações de poder e instituições. Logo, o acréscimo de conceitos e teorias de outras disciplinas contribui para compreender e explicar o fenômeno da violência e sua reprodução, objeto dos EPP.

De forma semelhante, entende-se que o neoinstitucionalismo pode contribuir com os EPP. Uma vez que as instituições seriam a fundação da vida social (Campbell, 2004, p. 1), estruturando a interação e distribuindo recursos, é justo dizer que as instituições afetam necessariamente e diretamente a reprodução da violência, em especial conforme definida pela tipologia de Galtung (1969, 1990, 1996). Dessa forma, os campos do neoinstitucionalismo e da mudança institucional podem agregar à compreensão dos processos de paz e violência. Seria este, portanto, um “ponto cego” dos EPP.

Para cobrir essa lacuna, cabe voltar-se para as vertentes do neoinstitucionalismo. O debate sobre instituições, sua definição, funcionamento e mudança ocupa um lugar central nas ciências sociais contemporâneas, especialmente a partir do avanço do chamado neoinstitucionalismo. Desde os anos 1980, três vertentes principais se consolidaram: o institucionalismo da escolha racional (ER), o institucionalismo sociológico (IS) e o institucionalismo histórico (IH) (Hall; Taylor, 1996). Cada uma delas contribuiu com lentes distintas para compreender como as instituições moldam comportamentos, produzem estabilidade e mudam ao longo do tempo (Campbell, 2004; Fioretos; Falleti, Sheingate, 2016). O diálogo com essas perspectivas é fundamental para analisar fenômenos complexos como a violência, em suas múltiplas dimensões.

A grosso modo, os institucionalistas da ER entendem as instituições como regras formais, procedimentos e mecanismos de enforcement. Surgem a partir do acordo entre indivíduos, para gerir problemas de ação coletiva. Seu papel é reduzir incertezas, minimizar custos, estabelecer expectativas e definir sanções, permitindo que atores racionais maximizem utilidade em contextos de interdependência. Já os teóricos do IH definem instituições como procedimentos, protocolos, normas e convenções, relacionando-se às organizações. Destacam as relações de poder existentes e suas assimetrias. Seriam as instituições elementos perenes, a dar trajeto ao desenvolvimento histórico, numa lógica de *path dependence*¹⁴, em que reverter o caminho torna-se mais difícil com o tempo (Fioretos; Falleti; Sheingate, 2016). Por sua vez, o IS expande a definição de instituições, aqui entendidas como regras, procedimentos ou normas formais, sistemas de símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais e de significação que guiam a ação humana. Estas forneceriam o que se pode fazer e mesmo que se pode imaginar fazer, por meio de papéis e da internalização de normas. (Campbell, 2004; Hall; Taylor, 1996)

Campbell (2004), mais especificamente, coloca que as instituições podem ser entendidas como regras – sejam elas formais ou informais –, sistemas de monitoramento e aplicação, bem como sistemas de significados a definir os contextos de interação, numa acepção mais sociológica. Sua concepção evidencia que as instituições não são neutras, mas refletem arranjos sociais resultantes de disputas, lutas e processos de barganha (*ibidem*). Dessa forma, é possível depreender que seu processo de formação envolve necessariamente os elementos de violência presentes na sociedade, por meio do uso ou ameaça do uso da força, da distribuição desigual de poder e recursos dentro da sociedade e da cristalização de elementos da esfera simbólica que legitimem a violência.

Por conseguinte, pelas próprias características, as instituições se tornam indissociáveis da violência, uma vez que definem o processo que caracteriza a própria violência estrutural, a partir da distribuição de poder, privilegiando as coalizões sociais que as criaram ao influenciar o processo de tomada de decisão (Galtung, 1969, 1996; Pierson, 2016). Com efeito, instituições podem ser fontes de poder estrutural — a capacidade de moldar como as pessoas percebem, interpretam e compreendem o mundo —, em que privilegiam políticas e grupos que atendam às suas preferências (Fioretos; Falleti; Sheingate, 2016).

¹⁴ Path dependence designa processos em que fatores pontuais ou decisões moldam o percurso institucional, restringendo as possibilidades e, portanto, os resultados, ainda que gere cenários sub-ótimos (Campbell, 2004). Pode se dar via processos auto-reforçadores de feedback positivo ou por contingência histórica (Fioretos; Falleti; Sheingate, 2016).

De fato, como argumenta Pierson (2016), o poder tende a permanecer escondido, ainda que seja vasto. Ele opera de forma que mesmo grandes disparidades não tendem a gerar contestação pública, com poucas questões se desdobrando em conflito aberto. Pode-se dividir o poder em três dimensões, quais sejam, (1) a contestação pública, (2) a assimetria de poder e (3) a ideacional. Infere-se que o poder em sua segunda dimensão perpetua a violência estrutural, ao garantir a manutenção das assimetrias de poder, seja pelo favorecimento de interesses ou por desistências antecipadas por parte dos desprovidos de poder, institucionalizando vantagens de uma ou outra coalizão. De maneira semelhante, a dimensão ideacional perpassaria a violência cultural ao moldar visões de mundo por meio símbolos para legitimar a assimetria de poder. (Ibidem)

Além disso, ao serem definidas como forças externas que influenciam na percepção e ação, sistemas de símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais e de significação (Campbell, 2004), as instituições se conectam com a definição de violência cultural, entendida como aspectos culturais e simbólicos usados para legitimar a violência e torná-la aceitável (Galtung, 1996). Sob essa ótica, as instituições, conforme ressaltadas, atuam como veículos de violência cultural.

Mais do que isso, as instituições atuam diretamente nos conflitos buscando garantir a estabilidade na sociedade, uma vez que esses seriam motores de mudança (Campbell, 2004; Lederach, 2014). Assim, na tentativa de manutenção da estabilidade e assimetrias de poder, instituições frequentemente atuam violentamente no sentido de controlar caminhos a se seguir (Pierson, 2016). Logo, na sua busca por estabilidade, instituições tanto podem se utilizar da violência (Ibidem), como impedir a construção da paz ao limitar a mudança. Nesse sentido, cabe destacar instituições como o Estado, historicamente atrelado ao uso da força, o exército e a polícia, em especial. Estas operam a partir do uso da violência direta por sua própria lógica de funcionamento, ainda apresentando casos de uso excessivo de força dentro de seus próprios parâmetros.

Dessa forma, é justo dizer que as instituições perpassam todas as formas de violência e que o processo de mudança institucional concorre diretamente para a manutenção, reforço, atenuação ou mesmo superação da violência. Se, por um lado, elas garantem estabilidade e previsibilidade, por outro lado, cristalizam desigualdades e legitimam relações assimétricas de poder. Assim, uma vez que se pretenda construir a paz, faz-se necessário compreender as mudanças institucionais que levam à redução ou aumento da violência. Tais processos indicam que mesmo transformações graduais podem alterar estruturas violentas, pois “apesar

da estrutura ser uma das mais estáveis estruturas sociais, ela não é estável perpetuamente”¹⁵
(Galtung, 1969, p. 181, tradução própria).

¹⁵ And although the structure probably is among the most stable social structures imaginable, it is not stable in perpetuity.

4 O PAPEL DAS IDEIAS NA MUDANÇA INSTITUCIONAL E NA CONSTRUÇÃO DA PAZ

Apesar do apego institucionalista à estabilidade, instituições mudam (Conran; Thelen, 2016). Essa mudança pode ocorrer de forma revolucionária ou incremental. Ainda assim, mesmo aquelas mudanças mais revolucionárias apresentam elementos de permanência (Campbell, 2004). Essa busca por estabilidade das instituições, portanto, teria o papel de cristalizar na sociedade as violências estrutural e cultural, as quais também levariam à violência direta (Galtung, 1996).

Estabilidade e Mudança Institucional, então, são entendidas a partir do grau ou ausência de variação, bem como o período de tempo em que esta ocorre (Campbell, 2004). Por conseguinte, cabe compreender como cada institucionalismo compreende a MI. Para o IH, as instituições podem ser entendidas como um equilíbrio pontuado, com longos períodos de estabilidade pontuados por conjunturas críticas, indo de um equilíbrio para outro, formando trajetórias dependentes. Por outro lado, o IS vê a mudança institucional por meio da difusão, em que as instituições buscam o isomorfismo e a legitimidade. (Conran; Thelen, 2016)

Cada corrente pressupõe mecanismos de mudança. Para o IH, um pressuposto básico é o de que instituições são legados de processos históricos, sendo objeto de contestação. Assim, compreendem distintas formas de mudança: a intercorrência, que parte da própria interação entre instituições e seu tensionamento; o *layering*, ou a sobreposição de normas, ocorre por mudanças marginais, mas que mudam o efeito de normas anteriores; o *drift*, que é resultado da mudança do ambiente e da não adaptação correspondente por parte da instituição, por vezes deliberadamente impedidas de se adaptar por *veto players*; e, enfim, a conversão, que seria o redirecionamento e a reinterpretação das regras existentes para novos fins. Por outro lado, o IS, além da difusão de modelos institucionais, destaca a bricolagem, em que se rearranja e recombina princípios e práticas institucionais. (Ibidem)

Por conseguinte, cabe compreender alguns desses mecanismos mais profundamente. O *layering*/sobreposição refere-se à introdução de novas regras e funções sobre estruturas preexistentes, sem substituição formal destas (Conran; Thelen, 2016). Pode ser vista como uma estratégia informal de mudança sem desafiar a instituição diretamente (Tsai, 2016). Por sua vez, a conversão resulta em impactos diferenciados, devido a uma reinterpretação estratégica (Baccarini et al., 2025). Indica, ainda, que a instituição decaiu, seja em termos de relevância, legitimidade ou efetividade (Tsai, 2016). Já a noção de bricolagem ressalta que diante de demandas inéditas, os atores recombina instrumentos já disponíveis no repertório

da organização, produzindo soluções híbridas e não sistematizadas (Campbell, 2004). Nesse sentido, os *bricoleurs* criariam formas institucionais com o intuito de solucionar problemas de ordem institucional (Ibidem).

Ademais, conjunturas críticas podem ser definidas como uma causação histórica distal — eventos concentrados em um pequeno período que têm um impacto prolongado e aumentam a agência dos atores — (Capoccia, 2016; Mahoney; Mohamedali; Nguyen, 2016). A definição de um evento como uma conjuntura crítica depende da instituição em análise e a brevidade do evento é dada em relação ao processo estudado. Exemplos de conjunturas críticas podem ser guerras, crises econômicas, reformas políticas e mudanças de regime (Campbell, 2004; Capoccia, 2016; Ikenberry, 2001; Mahoney; Mohamedali; Nguyen, 2016). A conjuntura crítica não se limita à dimensão material ou institucional, mas envolve também uma reconfiguração no campo das ideias, que passam a desempenhar papel central na definição de novos arranjos. Assim, em contextos de elevada incerteza, nos quais os interesses não estão plenamente definidos, ideias fornecem o conteúdo substantivo a partir do qual novas ordens são concebidas (Campbell, 2004; Capoccia, 2016).

Em cima disso, a literatura passou a destacar o papel central das ideias no que tange à mudança. De fato, as ideias não apenas importam, como podem elas mesmas serem consideradas instituições (Campbell, 2004). Como posto por Campbell (2004), as ideias afetam a tomada de decisão e a mudança institucional. Podem tanto restringir quanto facilitar transformações institucionais, atuando como filtros cognitivos e normativos que limitam as opções percebidas como possíveis, ou ainda como instrumentos de inovação e legitimação de novos arranjos. Em linhas gerais, ideias podem estar no plano de fundo dos debates, como pressupostos dados, sendo instituições no sentido compreendido pelo IS, ou podem estar no *foreground*, em que esses conceitos e teorias são explicitamente abordados. Por outro lado, podem ser entendidas como cognitivas, explicações e análises causais voltadas a resultados, ou como normativas, nas quais tem-se valores, atitudes e identidades, sem foco em resultados.

A partir disso, Campbell (2004) constrói um quadro de conceitos, com paradigmas, sentimento público, programas e *frames*. Os paradigmas correspondem a suposições cognitivas de fundo que restringem a tomada de decisão e a mudança institucional ao limitar o leque de alternativas percebidas como viáveis pelas elites de decisão. Os atores associados a eles seriam os teóricos. Já os sentimentos públicos são suposições normativas de fundo que restringem a ação ao definir o que é aceitável, guiando decisões por valores, normas e identidades socialmente compartilhadas. Os programas, por sua vez, são conceitos cognitivos de foreground que capacitam e orientam decisões e mudanças institucionais, fornecendo

estratégias ou roteiros claros para enfrentar problemas definidos. Seriam eles promovidos por tomadores de decisão, mas, como aponta Campbell (2004), os teóricos, por vezes, criam programas a partir de paradigmas que eles mesmos sustentaram, podendo inclusive reformular paradigmas de modo a gerar impactos significativos nas políticas e instituições que surgem a partir desses programas. Por fim, os *frames* são conceitos normativos de *foreground* que permitem às elites legitimar e justificar seus programas e mudanças institucionais perante constituintes.

Sob essa perspectiva, o papel das ideias na mudança institucional e na construção da paz é decisivo, pois tanto limitam quanto habilitam a mudança institucional e, portanto, a construção da paz. Paradigmas e sentimentos públicos podem cristalizar a violência, ao naturalizar desigualdades e legitimar práticas que produzem exclusão e violência direta; mas também podem ser reorientados, servindo de base para novos consensos que favoreçam políticas inclusivas e horizontes de paz positiva. Já programas e frames, ao oferecerem soluções claras e justificações normativas para reformas, fornecem roteiros capazes de institucionalizar tanto práticas violentas, como práticas de resolução pacífica de conflitos — paz negativa — e de justiça social — paz positiva. Essa mediação entre restrição e habilitação evidencia que as ideias moldam os próprios termos do possível, permitindo reforçar a violência ou legitimar reformas voltadas à superação desta.

5 CONECTANDO MUDANÇA INSTITUCIONAL E CONSTRUÇÃO DA PAZ: DO PEACEKEEPING AO PEACEBUILDING NA ONU

A fim de compreender como as instituições perpassam violências e como a mudança institucional pode corroborar para a construção da paz, este trabalho propõe uma análise das operações de paz (OP) encabeçadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), buscando compreender o processo que leva à transição das missões de *peacekeeping* para as de *peacebuilding*, que representariam uma busca por uma paz positiva (Galtung, 1976). Surge, todavia, em paralelo ao *peace-enforcement*, o qual representa a dimensão coercitiva das OP, com a imposição de uma paz liberal. Ressalta-se, ainda, que as operações de paz não são exclusivas da ONU e suas distintas formas têm sido cada vez mais aceitas (Braga; Matijascic, 2019), as quais não serão abordadas neste trabalho.

5.1 CONTEXTO PRÉVIO: AS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

O ideal da segurança coletiva não é recente, podendo ser rastreada em períodos longínquos (Lorenz, 1999; Patriota, 1998; Rezende, 2012). O ideal encontra seu ápice já na tentativa falha da Liga das Nações e, mais adiante, na criação da ONU (Diehl, 1988). Com efeito, a ONU surge como uma renovada tentativa de criar um sistema universal de segurança coletiva sob a égide de uma organização multilateral no intuito de prevenir a retomada das hostilidades (Ferreira; Ferreira; Santos, 2026; Lorenz, 1999; Patriota, 1998). A organização surge sob o pilar da segurança coletiva, herdando-a da Liga das Nações e tentando corrigir os seus erros (Baccarini, 2014; Diehl, 1988; Rezende, 2012). De fato, incorpora o princípio aos objetivos da organização já no Artigo 1 da Carta (ONU, 1945, p. 3) Como forma de articular esse sistema, a Carta dispõe que os membros devem ceder ao Conselho de Segurança (CSNU) a responsabilidade pela manutenção da paz e segurança internacionais, bem como estabelece o aceite e concordância daquelas decisões tomadas pelo órgão. Fica, assim, definido o principal executor da segurança coletiva no âmbito da ONU¹⁶. (ONU, 1945)

¹⁶ A base legal desse sistema é disposta nos capítulos VI, VII e VIII da Carta (Rezende, 2012). Segundo Rezende (2012, nota de rodapé, p. 24-25), o capítulo VI seria o “‘mais leve’ de resolução de conflitos”. Ele define os mecanismos de solução de conflitos e atribui ao CSNU o poder de investigação e recomendação (ONU, 1945). O capítulo VII, por sua vez, seria o “fulcro” da regulamentação da segurança coletiva, sendo — à maneira da ONU — o próprio sinônimo de segurança coletiva (Patriota, 1998, p.23). O capítulo atribui ao CSNU a determinação de situações enquanto ameaças à paz, quebra da paz ou ato de agressão, e dá a ele o monopólio quando da autorização de ações coercitivas (Baccarini, 2014; Rezende, 2012). Por fim, o capítulo VIII disporá sobre a segurança coletiva no contexto dos arranjos regionais (ONU, 1945).

Todavia, conforme argumenta Baccarini (2018), os percalços institucionais do CSNU já surgem antes mesmo deste ser plenamente finalizado. O sistema de vetos instaurado pela Carta gerou um efeito de lock-in histórico na organização, não apenas travando a reforma, mas também “congelando” o CSNU e, portanto, o sistema de segurança coletiva (Baccarini, 2014, 2018; Braga; Matijascic, 2019; Matijascic, 2010). Com efeito, durante o período da Guerra Fria, a ONU se torna impotente frente aos 100 grandes conflitos que ocorrem no período, haja vista o expressivo número de vetos no âmbito do CSNU, totalizando 279 (Boutros-Ghali, 1992).

Nesse contexto de paralisia, as OP surgem como uma resposta a esse cenário, atuando como um mecanismo alternativo ad hoc para a implementação da segurança coletiva (Braga; Matijascic, 2019; Faganello, 2013; Matijascic, 2010; Rezende, 2012). Nesse sentido, Baccarini (2018) postula que as OP surgem como uma instituição informal complementar — uma vez que convergem com as regras formais para torná-las eficientes — e, por vezes, concorrente — ao coexistir com regras formais ineficazes, gerando resultados divergentes —.

Elas podem ser divididas em períodos: a fase clássica, a fase de transição e a fase de consolidação e operações complexas. A primeira fase ocorreu durante a Guerra Fria e foi marcada pela separação de partes beligerantes por meio de uma terceira parte neutra. Já a fase de transição começa com o fim da Guerra Fria e as subsequentes mudanças no sistema internacional, introduzindo operações multidimensionais. Por fim, a fase de consolidação é caracterizada pela busca de uma paz sustentável, com missões de estabilização e suporte à paz. (Braga; Matijascic, 2019)

As OP começam em 1948, quando o CSNU autorizou a criação da UNTSO, uma missão de observação do armistício entre Israel e os vizinhos árabes (Faganello, 2013; ONU, 2026). No ano seguinte, seria instaurada também a UNMOGIP, a fim de investigar as causas e mediar o conflito entre Índia e Paquistão no tocante à Caxemira (Braga; Matijascic, 2019). Todavia, estas duas missões de observação foram desarmadas, sendo a UNEF I a primeira OP armada da ONU (ONU, 2026), a qual “deu origem às características das operações de paz” (Matijascic, 2010, p. 172).

Com efeito, com a crise do Canal de Suez, mais uma vez o CSNU se encontra paralisado, levando os Estados Unidos a buscar ampliar a competência da Assembleia Geral (AGNU) (Baccarini, 2014; Faganello, 2013). Esse cenário culmina na resolução “Uniting for Peace”, que passa a atribuir à AGNU “poderes de discussão, consideração e recomendação” (Patriota, 1998, p. 29) e estabelece que o órgão deve agir quando o CSNU estiver paralisado devido aos *veto players*. É justamente esse contexto que viabiliza a consolidação das OP, com

a criação da UNEF I em 1956. As OP foram, então, localizadas em um capítulo “VI e ½,” na ausência de um dispositivo formal que as fundamentasse (Patriota, 1998). A operação, então, tinha três pilares: o consentimento, a imparcialidade e o mínimo uso da força (Braga; Matijascic, 2019; Faganello, 2013). Estariam lançadas as bases da primeira fase das OP.

5.2 O PROCESSO DE MUDANÇA

Apesar de existirem diversos padrões de mudança institucional, a literatura institucionalista foca em grande medida em apenas dois polos distintos, o equilíbrio pontuado e a evolução incremental endógena (Campbell, 2004; Gerschewski, 2021). O equilíbrio pontuado pressupõe períodos de estabilidade interrompidos por choques externos que viabilizam a mudança (Conran; Thelen, 2016; Gerschewski, 2021). Já a literatura do padrão evolucionário/incremental muitas vezes entende que a mudança ocorre de maneira endógena, a partir de mudanças marginais que se acumulam ao longo do tempo (Gerschewski, 2021). Todavia, uma parcela da literatura entende que durante os períodos de equilíbrio há um padrão evolucionário (Campbell, 2004).

Com efeito, Kaufman (1998) defende um padrão de evolução pontuada, em que a evolução ocorre como um aprendizado social e a “pontuação” ocorreria por meio de crises. Gerschewski (2021), por sua vez, busca separar a fonte da mudança (interna ou externa) de seu horizonte temporal, incorporando mudanças exógenas de longo prazo (erosão geológica) e mudanças endógenas de curto prazo (embolias), o que define como uma *missing diagonal*. Mais do que isso, o autor demonstra que a mudança pode ser um processo multicamadas, no qual fatores endógenos e exógenos, de curto e de longo prazo podem se sobrepor. É justamente a partir dessa noção e do padrão de evolução pontuada que a criação do *peacebuilding* será analisada, entendendo, assim como Cavalcante (2010), que o *peacebuilding* resulta de três dimensões: o contexto histórico, o ambiente intelectual e o aprendizado institucional.

5.2.1 Mudança gradual endógena: o processo de aprendizado social

Conforme Campbell (2004), os períodos evolucionários da evolução pontuada se caracterizam pelo aprendizado social. Neles, os atores fariam ajustes na instituição, ainda que constrangidos pelo esquema institucional já existente. Como Baccarini (2018, p. 111, tradução própria) coloca: “o processo institucional da mudança não pode parar, pois, do contrário, a

instituição envolvida pode tornar-se datada”¹⁷. O processo de aprendizado das OP não é distinto, sendo caracterizado por uma série de adaptações nas arquiteturas das missões por meio de mecanismos de bricolagem, aprendizado social e *layering*.

Como visto anteriormente, a primeira fase das OP se caracteriza por abordar conflitos interestatais mediante tarefas militares, pautando-se nos princípios de consentimento, uso mínimo da força e imparcialidade, no que seria uma lógica de paz negativa e limitada (Faganello, 2013; Galtung, 1969, 1976; Richmond, 2008). Entretanto, “o desenvolvimento das operações ocorreu a partir de respostas ad hoc a problemas particulares encontrados em campo e não foi acompanhado, simultaneamente, por seu desenvolvimento normativo e institucional” (Braga; Matijascic, 2019, p. 185). Assim, ainda na fase tradicional, “uma série de novas atribuições foram dadas às missões de paz, em especial em conflitos intraestatais” (Rezende, 2012, p. 36). Mais do que isso, como apontam Braga e Matijascic (2019), a adesão maior ou menor aos princípios frequentemente dependeu do nível de vontade política dos atores envolvidos.

No quadro da bricolagem, a mudança ocorre por rearranjos pragmáticos de práticas existentes, operando sob *path dependence* e limites cognitivos (Campbell, 2004). No caso das OP, esse mecanismo se manifesta tanto em sua gênese quanto na ampliação inicial de suas funções, na medida em que a ONU combina repertórios distintos, como militares limitados, práticas diplomáticas de mediação, supervisão e presença em campo, e ajuda ao desenvolvimento, produzindo uma forma híbrida de intervenção.

Pode-se ressaltar algumas OP: a ONUC, já em 1961, expande o uso da força a partir da autorização de seu uso pelo CSNU (Patriota, 1998; Rezende, 2012); a UNSF (1962) estabeleceu precedentes para a administração territorial temporária (Della-Giacoma, 2016); a UNFICYP (1964) introduziu o componente policial para investigar incidentes e manter a ordem (Sutterlin, 1995); com a aproximação, do fim da Guerra Fria e a necessidade de se adaptar aos novos tipos de conflito, “surge uma operação de uma nova espécie”¹⁸ (ONU, 1995, p. 6, tradução própria), tendo a UNTAG (1989) e a ONUCA (1989) incorporado mandados para segurança interna e transição política (Rezende, 2012).

Entretanto, a persistência dessas inovações dependem de processos de aprendizado social, entendidos como mecanismos pelos quais especialistas ajustam técnicas e, em menor medida, objetivos, com base na experiência acumulada e na avaliação de resultados anteriores (Kaufman, 1998). De fato, no contexto das OP, observa-se um padrão de *learning while doing*

¹⁷ The institutional process of change cannot stop, as the institution involved might otherwise become outdated

¹⁸ Une opération d’une espèce nouvelle est apparue

(Howard, 2008), no qual o Secretariado reelabora procedimentos à luz de limitações operacionais e desempenhos insatisfatórios. Esse aprendizado, contudo, permanece condicionado por fatores cognitivos (Kaufman, 1998) — notadamente a centralidade da soberania estatal e da paz negativa —, o que restringe seu alcance transformador. Ainda assim, ele permite refinar soluções inicialmente contingentes, tornando-as operacionalmente mais coerentes.

Por fim, é por meio do *layering* que essas práticas, já selecionadas e estabilizadas, são incorporadas de forma duradoura ao arcabouço institucional (Conran; Thelen, 2016). Assim, a mudança ocorre por acumulação e sobreposição, produzindo transformações graduais que preservam a continuidade normativa ao mesmo tempo em que reconfiguram a prática institucional. No caso das OP, novas atribuições — civis, policiais e administrativas — são progressivamente adicionadas ao núcleo tradicional baseado nos princípios de consentimento, imparcialidade e uso restrito da força, sem redefinição explícita desses fundamentos.

5.2.2 Mudança gradual exógena: a mudança no campo das ideias

Um processo de mudança no campo das ideias pode representar um vetor de mudança evolucionária para instituições (Baccarini et al., 2025; Steinmo, 2008). Sob esse viés, paralelamente ao processo de mudança endógena, pode-se notar um processo de erosão nas OP nos termos de Gerschewski (2021), no qual novas ideias operam como forças externas que desgastam o cenário institucional vigente.

Infere-se que o paradigma vigente quando da instituição das OP era o da paz negativa. Pensava-se em termos de violência pessoal, com nuances que não extrapolavam a violência direta (Galtung, 1969). Por conseguinte, as operações de manutenção da paz surgem sob um enfoque interestatal e dissociativo, em que se via a paz como ausência do conflito armado (Galtung, 1976; Guerra; Blanco, 2018; Søjberg, 2006). Nessa perspectiva, a mera cessação do conflito seria resultado suficiente, ignorando os fatores subjacentes que levam ao surgimento do conflito. Assim, as OP assumem características militares até o fim da Guerra Fria (Faganello, 2013; ONU, 1995).

Todavia, postula-se que a emergência do campo dos EPP traz consigo uma inflexão no paradigma vigente a partir da própria ideia de paz oriunda dos EPP. Nesse sentido, Baccarini (2025) destaca que mudanças podem decorrer da formulação de novos paradigmas e que a nível internacional comunidades epistêmicas tendem a atuar como *brokers*. De fato, o

campo já surge a partir de um viés normativo, tendo como finalidade a transformação social e a promoção da paz (Ferreira, 2019; Galtung, 1985; Oliveira, 2017). Assim, as ideias de paz como justiça social e um fim a ser alcançado operariam no sentido de guiar a ação. Entendida como um paradigma, infere-se que a noção de paz positiva opera no sentido de ampliar os horizontes cognitivos e normativos a partir dos quais se interpreta a realidade, ampliando o repertório de problemas considerados relevantes e, correlatamente, dos instrumentos legítimos de ação. Com efeito, “pensadores podem alterar paradigmas de formas que têm grandes consequências para os programas que eles ou outros podem propor”¹⁹ (Campbell, 2004, p. 102, tradução própria). Nessa perspectiva, Richmond (2008) explica que o projeto de *peacebuilding* contemporâneo surgiu de uma convergência entre as abordagens de pesquisa de paz, resolução de conflitos e gestão de conflitos, culminando no *peacebuilding consensus*, focado na construção da paz liberal em contextos de pós-Guerra Fria. Mais especificamente, Cavalcante (2010) aponta que, no contexto de um novo entendimento da segurança, a ONU recorre à produção e postura dos EPP.

Cabe ressaltar o supracitado esporádico papel dos teóricos na formulação de programas a partir da mudança de paradigmas que eles mesmos promovem. Galtung (1976) institui o conceito de *peacebuilding* ao propor uma distinção analítica entre *peacekeeping*, *peacemaking* e *peacebuilding*, articulada a diferentes formas de enfrentamento da violência. Nele, Galtung (1976) destaca que a abordagem dissociativa do *peacekeeping* não é mais adequada, ao focar apenas na contenção da violência direta e na gestão da incompatibilidade entre atores, ignorando a violência estrutural. O autor argumenta por um método que busque eliminar também a violência estrutural e construir uma estrutura de paz. Nesse sentido, o *peacebuilding* desloca o foco para a transformação das condições estruturais que sustentam o conflito, por meio da construção de arranjos sociais baseados em equidade, interdependência e ampliação das interações.

Entende-se que as operações de manutenção da paz passam a ser vistas como limitadas, uma vez que se amplia o entendimento de paz. Assim, postula-se que esse cenário tensiona a legitimidade institucional o que é essencial, pois instituições adotam práticas que julguem legítimas para aumentar sua perspectiva de sobrevivência (Campbell, 2004). Quando as crenças cognitivas que estruturam a compreensão do mundo e guiam a ação erodem, inicia-se um processo de mudança gradual (Fioretos; Falleti; Sheingate, 2016). Assim, o conceito de *peacebuilding* surge como um programa a traduzir o paradigma da paz positiva.

¹⁹ These thinkers may alter paradigms in ways that have huge consequences for the programs that they or others are likely to suggest.

Efetivamente, Cavalcante (2010) demonstra como o documento "An agenda for peace" segue a proposta de Galtung (1976).

5.2.3 A conjuntura crítica e a abertura sistêmica

Por conseguinte, as OP adentraram uma conjuntura crítica. Com efeito, Ikenberry (2001) retrata o fim da Guerra Fria como um período marcado pelo colapso da bipolaridade e mudanças drásticas na distribuição de poder. Seria um *key turning point* (Baccarini, 2018). Assim, a transformação das operações de paz no pós-Guerra Fria pode ser compreendida como resultado de uma evolução pontuada que culmina em uma conjuntura crítica, a qual reconfigura as condições estruturais do sistema internacional. O fim da Guerra Fria constitui um momento de relaxamento das restrições institucionais e ideológicas que, até então, limitavam a ação coletiva no âmbito internacional, abrindo espaço para maior contingência e expansão da agência (Mahoney; Mohamedali; Nguyen, 2016). A dissolução da ordem bipolar não apenas elimina um padrão relativamente estável de interação entre grandes potências, mas também desestrutura os mecanismos que bloqueavam a atuação de instituições como o CSNU por meio de um lock in histórico (Baccarini, 2014, 2018), produzindo um cenário de fluidez no qual novas trajetórias institucionais tornam-se possíveis. Seria, então, uma condição necessária à criação do *peacebuilding* no âmbito da ONU (Mahoney; Mohamedali; Nguyen, 2016).

Sob essa perspectiva, a noção de abertura sistêmica permite apreender o modo pelo qual a conjuntura crítica opera não apenas como ruptura, mas como ampliação do leque de possibilidades institucionais (Mahoney; Mohamedali; Nguyen, 2016). Conforme argumenta Hall (2016), a política deve ser entendida como um processo estruturado no tempo e no espaço, no qual momentos de inflexão reconfiguram a “ecologia social” que orienta a ação dos atores. No caso em análise, o enfraquecimento das clivagens ideológicas e a redução do uso estratégico do veto no Conselho de Segurança alteram significativamente as práticas institucionais, os quadros cognitivos e as redes de relações que estruturavam a atuação internacional, permitindo a emergência de novos padrões de intervenção. Ademais, ressalta-se que o processo de mudança envolve o encontro de ideias com as instituições (Fioretos; Falleti; Sheingate, 2016). Nesse sentido, a abertura sistêmica do pós-Guerra Fria cria condições para a difusão e institucionalização de novos paradigmas normativos — como a ampliação do conceito de paz — e de programas — o *peacebuilding* (Galtung, 1976) —, que passam a orientar a formulação de políticas.

Infere-se, portanto, que a conjuntura crítica do fim da Guerra Fria, ao promover uma abertura sistêmica, atua como condição de possibilidade para a transformação das operações de paz (Boutros-Ghali, 1992). Ao ampliar a agência dos atores e redefinir os parâmetros cognitivos e normativos da ação, esse momento não apenas viabiliza mudanças imediatas, mas estabelece os fundamentos de uma trajetória de mudança que se desdobra ao longo do tempo, articulando contingência e dependência de trajetória na reconfiguração das práticas de promoção da paz. Justamente, esse cenário se desdobra na criação do *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO) e na elaboração do documento “*An agenda for peace*”, instituindo o *peacebuilding*.

5.2.4 A institucionalização do *peacebuilding*

Logo após o final da Guerra Fria, Boutros-Ghali cria o DPKO no sentido de melhorar a performance do *peacekeeping*, seu planejamento e gestão, o qual passa a conduzir as OP (ONU, 1992). Assume como função o treinamento de contingentes e o preparo de civis, bem como o preparo logístico (Braga; Matijascic, 2019). Também é papel do DPKO elaborar as regras de engajamento (Faganello, 2013). Já o conceito de *peacebuilding* foi introduzido no âmbito da ONU no documento “*An agenda for peace*” (1992). Nele, o secretário geral reconhece o novo contexto como uma oportunidade a não ser ignorada: o colapso da barreira ideológica que impediu que a ONU cumprisse com os objetivos da Carta (Boutros-Ghali, 1992). Partindo de ideias transmitidas por outras instituições e indivíduos (ibidem), o documento incorpora noções de paz positiva (Galtung, 1969), no que chama de paz social e uma nova dimensão da insegurança, nos quais considera discriminação, segregação, pobreza, fome e opressão, dentre outros. Boutros-Ghali delineia a necessidade de incorporar elementos para além de ameaças militares nos esforços de construir paz, estabilidade e segurança. Inaugura, então, o *post-conflict peacebuilding*, “ação para identificar e dar suporte a estruturas que tenderão a fortalecer e solidificar a paz para evitar o retorno do conflito”²⁰ (Boutros-Ghali, 1992, p. 11, tradução própria), o qual envolve a promoção do desenvolvimento econômico e social, a defesa dos direitos humanos e o fortalecimento das instituições democráticas (Matijascic, 2010). Surge como mais uma camada no processo de *layering* das OP, junto à diplomacia preventiva, *peacemaking* e *peace enforcement* (Faganello,

²⁰ Action to identify and support structures which will tend to strengthen and solidify peace in order to avoid a relapse into conflict

2013). Desde então, em seu processo de institucionalização, passa por sucessivas mudanças, como destacado na tabela 1.

Os primeiros anos de implementação da Agenda para a Paz revelaram lacunas críticas, com o fracasso das operações UNOSOM II, UNAMIR e UNPROFOR (Braga; Matijascic, 2019; Gruener; Hammargren, 2025). Assim, em 1995, é divulgado o suplemento à Agenda para a Paz. Nele, é feita a distinção entre programas de curto prazo e de longo prazo, sendo este último voltado a reconstrução das bases da sociedade via fortalecimento de instituições nacionais, promoção de direitos humanos e criação de forças de polícia civil (ONU, 1995). Relativiza o consentimento, em especial com relação aos casos de milícias (Braga; Matijascic, 2019). Em segundo lugar, afirma o não monopólio da ONU sobre os instrumentos de paz e urge pela coordenação de esforços nesse sentido (Søbjerg, 2006). Por fim, busca integrar instituições financeiras internacionais para garantir que o custo dos planos de consolidação da paz fosse integrado aos planos econômicos dos governos nacionais, abordando problemas sociais e econômicos subjacentes de forma sustentada (ONU, 1995).

Entretanto, o progresso real só vem a partir de 2000, com o Relatório Brahimi (Benner; Rotmann, 2008). Nele, o conceito de *peacebuilding* é expandido, se aproximando da realidade do *post-conflict peacebuilding* (Ibidem), ao colocá-lo como “atividades realizadas no lado oposto do conflito para reconstruir os alicerces da paz e fornecer as ferramentas para construir sobre esses alicerces algo que é mais do que apenas a ausência de guerra”²¹ (ONU, 2000, p. 3, tradução própria). Recomendou também uma mudança para focar no fortalecimento das instituições do Estado de Direito e no monitoramento educativo de abusos de direitos humanos, defendendo que o Alto-comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos participasse desde a fase de planejamento das missões até sua execução no terreno (Faganello, 2013).

O próximo passo no sentido da institucionalização ocorre em 2005, quando a Cúpula Mundial das Nações Unidas criou a Arquitetura de Construção da Paz (PBA), preenchendo o que Kofi Annan chamou de um *gaping hole* na capacidade da ONU de gerir a transição pós-conflito (Gruener; Hammargren, 2025). Composta pela Comissão de Construção da Paz (PBC), pelo Escritório de Apoio (PBSO) e pelo Fundo para a Construção da Paz (PBF), a PBA representou a integração do *peacebuilding* na estrutura da ONU (Hearn; Bujones; Kugel, 2014). A PBC, em particular, foi desenhada como um órgão consultivo intergovernamental subsidiário à AGNU e ao CSNU, com o mandato de propor estratégias integradas de

²¹ Activities undertaken on the far side of conflict to reassemble the foundations of peace and provide the tools for building on those foundations something that is more than just the absence of war

recuperação, mobilizar recursos e promover coordenação entre atores (Resoluções A/RES/60/180 e S/RES/1645) (Gruener; Hammargren, 2025). Embora desprovida de poder executivo e operando estritamente por consenso (Søbjerg, 2006), sua criação formalizou definitivamente o *peacebuilding* como função central da ONU, consolidando as lições aprendidas desde o fim da Guerra Fria e transformando em estrutura permanente aquilo que, até então, era um conjunto fragmentado de práticas e recomendações.

A Doutrina Capstone de 2008, intitulada “Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas: Princípios e Diretrizes” codificou as lições acumuladas em mais de seis décadas de missões no que chamou de série 1000 (ONU, 2008), reafirmando os princípios clássicos do *peacekeeping* ao mesmo tempo em que introduziu o conceito de *peacekeeping* robusto e integrou definitivamente os direitos humanos e o fortalecimento do Estado de Direito como funções centrais das operações multidimensionais (Faganello, 2013). A Doutrina estabeleceu que elas deveriam realizar atividades iniciais de *peacebuilding* (Ibidem), com projetos de impacto rápido que gerem confiança na missão e preparem o terreno para o processo de paz (ONU, 2008). Por conseguinte, em 2013, o CSNU adotou a Resolução 2086, que consolidou o vínculo entre *peacekeeping* e *peacebuilding* ao introduzir o conceito de *early peacebuilding* (Hearn; Bujones; Kugel, 2014). O documento reconhece que as missões multidimensionais devem realizar atividades de construção da paz já em suas fases iniciais.

Finalmente, as resoluções gêmeas de “Sustaining Peace” de 2016 (A/RES/70/262 e S/RES/2282) redefiniram o conceito de construção da paz de forma abrangente. As resoluções estabelecem que a consolidação da paz deve ser entendida como um processo contínuo que ocorre antes, durante e depois dos conflitos (Gruener; Hammargren, 2025). Além disso, os documentos introduziram o *national ownership* — considerar as necessidades dos estados membros — como princípio central, respondendo criticamente às práticas verticais e liberais que marcaram as missões da década de 1990 (Braga; Matijascic, 2019). Embora não tenha criado novos órgãos, Sustaining Peace institucionaliza uma nova compreensão do *peacebuilding*, que amplia seu escopo temporal e normativo, consolidando o aprendizado acumulado desde o fim da Guerra Fria.

Ressalta-se, porém, que o processo institucional do *peacebuilding* não se encerrou, mas entrou em uma fase marcada por ajustes, reformas administrativas e debates sobre o fortalecimento da arquitetura existente. Destacam-se a reforma do pilar de paz e segurança de 2019, que integrou o PBSO ao DPPA; as revisões quinquenais da Arquitetura de Construção da Paz (2020, 2025); a Resolução 78/257 (2023), que garantiu financiamento obrigatório anual de US\$ 50 milhões ao PBF; a Nova Agenda para a Paz, que defende a transformação da

PBC em um órgão com maior autoridade decisória e investigativa; e o Pacto para o Futuro (2024), o qual reafirmou a apropriação nacional como princípio central. (Gruener; Hammargren, 2025)

Tabela 1 - Institucionalização do Peacebuilding

Marco	Instrumento	Tipo de mudança	Descrição
1992	A/46/882	Layering	Cria o <i>Department of Peacekeeping Operations</i>
1992	Uma Agenda para a Paz	Layering	Institui o <i>post-conflict peacebuilding</i> , diplomacia preventiva, <i>peacemaking</i> e <i>peace enforcement</i> no âmbito das OP. Formaliza a polícia civil
1995	Suplemento à Agenda para a Paz	Layering e Conversion	Adiciona funções à polícia civil. Integra instituições financeiras internacionais e relativiza o consentimento
2000	Relatório Brahimi	Conversion	Recomenda uma mudança para focar no fortalecimento das instituições do Estado de Direito e no monitoramento de abusos de direitos humanos
2005	A/RES/60/180 e S/RES/1645	Layering	Cria a Arquitetura de Construção da Paz (PBA), composta pela Comissão de Construção da Paz (PBC), pelo Escritório de Apoio (PBSO) e pelo Fundo para a Construção da Paz (PBF)
2008	Doutrina Capstone	Layering e Conversion	Introduz o <i>peacekeeping</i> robusto e integra atividades iniciais de <i>peacebuilding</i> às operações multidimensionais. Coloca direitos humanos e o fortalecimento do Estado de Direito como funções centrais das operações multidimensionais
2013	Resolução 2086	Layering	Atrala <i>peacekeeping</i> e <i>peacebuilding</i> ao introduzir o conceito de <i>early peacebuilding</i>
2016	A/RES/70/262 e S/RES/2282	Conversion	Redefine o conceito de construção da paz e inclui o <i>national ownership</i>

Fonte: Elaboração própria

5.3 BALANÇO DAS OPERAÇÕES DE PEACEBUILDING: CONSTRUÇÃO DA PAZ?

O balanço do peacebuilding nas últimas três décadas foi avaliado por Osman, Elbashir e Hosnia (2024, p. 3331, tradução própria) como "relativamente, se não espetacularmente, eficaz"²². O estudo, que analisou 32 operações em 24 países concluiu que as missões da ONU foram importantes para prevenir o retorno imediato à guerra e reduzir mortes de civis em contextos pós-conflito (Ibidem). Ademais, tendo em vista a teoria de Galtung (1969, 1990), ao expandir a noção de paz para além da ausência de guerra, incorporando violência estrutural e causas socioeconômicas, o *peacebuilding* contribuiria ao ampliar o horizonte das operações internacionais, uma vez que a abordagem tradicional do *peacekeeping* é insuficiente para combater a violência estrutural (Galtung, 1976).

Vale ressaltar, no entanto, que as operações de construção da paz não são isentas de críticas. Como visto, a paz positiva pode ser entendida como a redução de todas as formas de violência (Galtung, 1969). Nesse sentido, é necessário avaliar a evolução por distintos ângulos para compreender se de fato representa uma mudança institucional para a paz. Com efeito, há uma vasta literatura que busca avaliar criticamente as OP (e.g. Gomes, 2013; Guerra; Blanco, 2018; Newman, 2009; Osman; Elbashir; Hosnia, 2024; Paris, 2010; Richmond, 2005, 2008, 2010, 2011).

O alvo central das críticas é o chamado paradigma da paz liberal, que orienta as missões multidimensionais desde o fim da Guerra Fria, por meio do “consenso do *peacebuilding*” (Richmond, 2008). Este paradigma pressupõe que a paz duradoura depende da implantação simultânea de três pilares: democratização, Estado de Direito e economia de mercado (Guerra; Blanco, 2018; Newman, 2009). Na prática, porém, a implementação da ONU tem sido descrita como "extremamente vertical, linear e liberal" (Braga; Matijascic, 2019, p. 153), frequentemente priorizando a construção de instituições nos moldes ocidentais em detrimento das dinâmicas e necessidades locais (Richmond, 2008). De fato, Galtung (1990) coloca que a busca de uma "cultura de paz", impondo uma paz única a ser seguida seria um ato de violência direta.

Por conseguinte, críticos apontam que essa abordagem cria "Estados fantasmas" — entidades que recebem financiamento externo e possuem formalmente todas as instituições democráticas, mas carecem de legitimidade social e de conexão efetiva com a população — (Gomes, 2013; Guerra; Blanco, 2018). Richmond (2008, 2010) denomina esse fenômeno de “paz simulada”, “paz virtual” ou “paz como governança”, na qual a estabilidade é imposta de

²² Overall, however, it is concluded that UN peacebuilding operations have been relatively, if not spectacularly, effective.

cima para baixo por meio de regulação institucional e condicionalidade de doadores, sem que a paz faça sentido no cotidiano dos cidadãos. O paradoxo, apontado por Richmond (2010), é que a própria lógica neoliberal que orienta muitas missões pode exacerbar desigualdades e minar a construção de um contrato social genuíno entre Estado e cidadãos. Cria-se aquilo que se denominou *well-fed dead syndrome*: civis recebem ajuda humanitária e proteção imediata, mas permanecem vulneráveis por falta de uma estratégia política e de desenvolvimento de longo prazo (Faganello, 2013).

O debate acadêmico é organizado por Gomes (2013) em torno de três eixos principais. O eixo reformista aceita os objetivos da paz liberal, mas critica sua execução. Nele, Paris propõe a estratégia de "institucionalização antes da liberalização" (IBL), para evitar a reincidência da violência. Assim, entende que é necessário um processo gradual de criação de uma infraestrutura destinada à aplicação da paz liberal. O eixo estrutural vê o *peacebuilding* como ferramenta de manutenção da ordem internacional desigual, onde potências exercem poder sem responsabilidade política. Gomes (2013, p. 72) destaca, porém, que “ainda carece de uma resposta para a questão relativa a o que fazer frente a conflitos civis no curto prazo”. Já o eixo da virada local defende maior engajamento com as dinâmicas comunitárias, buscando uma paz híbrida resultante da negociação entre agentes internacionais e costumes nativos, sem romantizar as estruturas locais. Nesse sentido, Richmond (2011) propõe as noções de local-local e de paz cotidiana (*everyday peace*), sustentando que a construção da paz deve partir das experiências vividas, das necessidades concretas e das formas locais de agência, e não apenas de modelos externamente impostos e de uma “sociedade civil” internacionalmente conectada.

Ainda, a legitimidade moral das operações é corroída por recorrentes alegações de exploração e abuso sexual cometidos por *peacekeepers* contra as populações que deveriam proteger, documentadas em missões na Somália, Bósnia, República Democrática do Congo e Haiti (Faganello, 2013; Guerra; Blanco, 2018). Embora a ONU tenha instituído uma política de tolerância zero e resoluções do Conselho de Segurança exijam a punição dos responsáveis, os mecanismos de accountability ainda enfrentam lacunas, pois a jurisdição final recai sobre os Estados contribuintes, nem sempre dispostos a punir seus nacionais (Faganello, 2013).

Em suma, a eficácia plena do *peacebuilding* depende da superação da lógica vertical e liberal, da garantia de apropriação nacional genuína e do fortalecimento de mecanismos de accountability que restaurem a confiança das populações locais. Sua progressiva incorporação à lógica da paz liberal ameaça a natureza inovadora de sua formulação e seu potencial transformador, voltando a atrelar paz ao Estado (*peacebuilding-as-statebuilding*) (Richmond,

2010). Mais do que isso, a configuração hodierna do *peacebuilding* representaria uma forma de violência (Galtung, 1990), ao buscar uma paz unidirecional e pré-definida. Como sugere Richmond (2005), não basta identificar as causas do conflito, sendo necessário compreender qual paz os afetados imaginam para si, pois, para o autor, existem múltiplas pazes.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou demonstrar que a interseção entre EPP e a literatura sobre MI oferece caminhos profícuos para a compreensão e transformação das estruturas que sustentam as múltiplas formas de violência. Enquanto os EPP têm se destacado por sua agenda normativa de superação de todas as formas de violência, sua elaboração carece de uma teorização mais sistemática sobre o papel das instituições na reprodução e transformação dessas violências. Já a MI, apesar de dispor de modelos para explicar continuidade e mudança nos arranjos institucionais, pouco tem dialogado com o problema da violência, mantendo-se em grande medida dentro de uma agenda descritiva e voltada para a dinâmica do poder político. A crítica central, logo, recai sobre os limites de ambos os campos quando isolados. De fato, Galtung (1969, p. 175, tradução própria) já advertia que, “o estudo das estruturas sociais, em especial da estratificação, é essencial para compreender a violência estrutural”²³.

Ao longo deste trabalho, vimos que as instituições já emergem de processos de disputa política e social e, uma vez estabelecidas, tendem à estabilidade (Campbell, 2004). Sua mudança costuma ser gradual, com raras mudanças radicais (Hall, 2016), como demonstram os mecanismos de path dependence e ganhos crescentes, que reforçam trajetórias existentes e dificultam rupturas. Esse caráter faz com que as formas de violência estrutural e cultural, enraizadas nas próprias instituições, sejam reproduzidas ao longo do tempo. Tais limites evidenciam que não se pode ignorar variáveis institucionais na construção da paz, sob risco de perpetuar a violência, pois esta tende a se reproduzir por múltiplos mecanismos a menos que deliberadamente e incisivamente evitada (Galtung, 1969).

A interseção entre EPP e MI permite, assim, vincular valores e normas de paz às dinâmicas de mudança institucional. Se, por um lado, os EPP assumem como finalidade a transformação social orientada pela não violência e justiça social, por outro lado, sua capacidade de orientar a construção da paz depende de um entendimento mais profundo sobre como instituições perpassam a violência e como resistem ou se adaptam a mudanças. Logo, não basta apenas descrever a violência ou propor normativamente sua superação, é necessário compreender as instituições como lócus em que as três formas de violência se consolidam, limitando ou possibilitando a construção da paz.

²³ Obviously, just as military science and related subjects would be indispensable for the understanding of personal violence, so is the science of social structure, and particularly of stratification, indispensable for the understanding of structural violence

Diante disso, a proposta que emerge desta pesquisa é a de uma síntese crítica a partir dos EPP e da MI. Apenas a articulação entre ambos permite pensar em estratégias viáveis para reduzir todas as formas de violência e avançar na construção de uma paz sustentável. Assim, compreende-se um programa de pesquisa da “mudança institucional para a paz”, buscando integrar as teorias e reconhecendo a necessidade de reformar estruturas e instituições sociais e políticas para que se possa construir a paz e romper o ciclo vicioso da violência identificado por Galtung (1990).

REFERÊNCIAS

- ALVES, E. C. *et al.* Como fazer uma revisão sistemática da literatura? Um guia prático de governança marinha. In: FERNANDES, I. F. **Desafios metodológicos das Políticas Públicas baseadas em evidências**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022. p.121-158.
- BACCARINI, M. P. O. **A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas**: uma questão institucional. 2014. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2014
- BACCARINI, M. P. O. et al. Feminist Ideas and UN Incremental Institutional Change. **Contexto Internacional**, v. 47, n. 03, p. e20240016, 2025.
- BACCARINI, M. P. O. Informal Reform of the United Nations Security Council. **Contexto Internacional**, v. 40, n. 1, p. 97–115, jan. 2018.
- BENNER, T.; ROTMANN, P. Learning to learn? UN peacebuilding and the challenges of building a learning organization. **Journal of intervention and statebuilding**, v. 2, n. 1, p. 43-62, 2008.
- BOUTROS-GHALI, B. **An Agenda for Peace**: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping. Nova York: Departamento de Informação Pública das Nações Unidas, 1992.
- BRAGA, C. M.; MATIJASCIC, V. B. Operações de paz: passado, presente e futuro. In: FERREIRA, M. A. S. V.; MASCHIETTO, R. H.; KUHLMANN, P. R. L. **Estudos para a Paz**: conceitos e debates. São Cristóvão-SE: Ed.UFS, 2019, 584p.
- BRAGA, C. M.; MATIJASCIC, V. B. Operações de paz: passado, presente e futuro. In: FERREIRA, M. A. S. V.; MASCHIETTO, R. H.; KUHLMANN, P. R. L. **Estudos para a Paz**: conceitos e debates. São Cristóvão-SE: Ed.UFS, 2019, 584p.
- CAMPBELL, J. L. **Institutional Change and Globalization**. New Jersey: Princeton University Press, 2004.
- CAPOCCIA, G. Critical Junctures. In: FIÓRETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (ed.). **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- CAVALCANTE, F. As Origens Conceituais da Construção da Paz das Nações Unidas-10.5102/uri. v8i2. 1328. **Universitas: Relações Internacionais (encerrada)**, v. 8, n. 2, 2010.
- CONRAN, J.; THELEN, K. Institutional change. In: FIORETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (Ed.). **The Oxford handbook of historical institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016
- DELLA-GIACOMA, J. et al. **Global peace operations review**: annual compilation 2015. New York: Center on International Cooperation, 2016. 262 p.

DIEHL, Paul F. Peacekeeping operations and the quest for peace. **Political Science Quarterly**, v. 103, n. 3, p. 485-507, 1988.

FAGANELLO, P. L. F. **Operações de manutenção da paz da ONU**: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz. Brasília: FUNAG, 2013. 372p.

FERREIRA, M. A. S. V. A transdisciplinaridade nos estudos de paz. **Mundorama – Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, n. 103, 2016. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2016/03/30/a-transdisciplinaridade-nos-estudos-de-paz-por-marcos-alan-s-v-ferreira/>>. Acesso em: 08 ago. 2025.

FERREIRA, M. A. S. V. As origens dos Estudos Para a Paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. *In*: FERREIRA, M. A. S. V.; MASCHIETTO, R. H.; KUHLMANN, P. R. L. **Estudos para a Paz**: conceitos e debates. São Cristóvão-SE: Ed.UFS, 2019, 584p.

FERREIRA, M. A. S. V.; KUHLMANN, P. R. L.; MASCHIETTO, R. H. Introdução: Os Estudos Para a Paz e o Brasil. *In*: FERREIRA, M. A. S. V.; MASCHIETTO, R. H.; KUHLMANN, P. R. L. **Estudos para a Paz**: conceitos e debates. São Cristóvão-SE: Ed.UFS, 2019, 584p.

FERREIRA, T. S. H.; FERREIRA, M. A. S. V.; SANTOS, J. L. de F. Entre a Paz e a Violência: contradições da política externa e da formação estatal no Brasil. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. e1582, 2026. DOI: 10.21530/ci.v20n3.2025.1582. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1582>. Acesso em: 5 abr. 2026.

FIORETOS, O; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. Historical institutionalism in political science. *In*: FIORETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (Ed.). **The Oxford handbook of historical institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016

GALTUNG, J. Cultural Violence. *In*: GALTUNG, J. **Peace by peaceful means**: peace and conflict, development and civilization. Oslo/London: PRIO/Sage, 1996.

GALTUNG, J. Cultural violence. **Journal of peace research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, J.; HÖIVIK, T. Structural and Direct Violence: A Note on Operationalization. **Journal of Peace Research**, vol. 8, n.1, p. 73-76, 1971.

GALTUNG, J. Peace studies and conflict resolution: The need for transdisciplinarity. **Transcultural psychiatry**, v. 47, n. 1, p. 20-32, 2010.

GALTUNG, J. Three Realistic Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking, Peacebuilding. **Impact of Science on Society**, v. 26, n. 1/2, p. 103-115, 1976.

GALTUNG, J. Twenty-Five years of peace research: ten challenges and some responses. **Journal of Peace Research**, v. 22, n. 2, p. 141-158, 1985.

GALTUNG, J. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, vol. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GERSCHEWSKI, J. Explanations of institutional change: Reflecting on a “missing diagonal”. **American Political Science Review**, v. 115, n. 1, p. 218-233, 2021.

GOMES, A. T. Da paz liberal à virada local: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 2, n. 3, jul./dez., p. 46-76, 2013.

GRUENER, S.; HAMMARGREN, H. **Evolution and reform of UN Peacebuilding**: Ten areas of change. Uppsala: Dag Hammarskjöld Foundation, 2025. 96 p.

GUERRA, L.; BLANCO, R. A construção da paz no cenário internacional: do peacekeeping tradicional às críticas ao peacebuilding liberal. **Carta Internacional**, v. 13, n. 2, 2018.

HALL, P. A. Politics as a process structured in space and time. In: FIÓRETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (ed.). **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. Political science and the three new institutionalisms. **Political studies**, v. 44, n. 5, p. 936-957, 1996.

HEARN, S; BUJONES, A. K.; KUGEL, Alischa. **The United Nations" Peacebuilding Architecture"**: Past, Present and Future. Center on International Cooperation, 2014.

HOWARD, L. M. **UN peacekeeping in civil wars**. Cambridge University Press, 2008.

IKENBERRY, G. J. **After victory**: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Princeton: Princeton University Press, 2001. 293 p.

KAUFMAN, J. A. Politics as social learning: Policy experts, political mobilization, and AIDS preventive policy. **Journal of Policy History**, v. 10, n. 3, p. 289-329, 1998.

LEDERACH, J. P. **Little book of conflict transformation**: clear articulation of guiding principles by a pioneer in the field. New York: Good Books, 2014.

LORENZ, J. P. **Peace, power, and the United Nations**: a security system for the twenty-first century. Boulder: Westview Press, 1999.

MAHONEY, J; MOHAMEDALI, K; NGUYEN, C. Causality and time in historical institutionalism. In: FIÓRETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (ed.). **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

MATIJASCIC, V. B. As Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas no início da década de 1990. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 1, n. 2, p. 171-192, 2010.

NEWMAN, E. Liberal peacebuilding debates. In: **New perspectives on liberal peacebuilding**. United Nations University Press, 2009. p. 26-53.

OLIVEIRA, G. C. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 148–172, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco: Nações Unidas, 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. Peacekeeping. **Our history**. 2026. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/our-history>. Acesso em: 7 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Report of the Panel on United Nations Peace Operations**. A/55/305–S/2000/809. New York: United Nations, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU], **Review of the efficiency of the administrative and financial functioning of the United Nations**. A/46/882. New York: United Nations, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **Supplément à l'Agenda pour la paix: rapport de situation présenté par le Secrétaire général à l'occasion du cinquantième anniversaire de l'Organisation des Nations Unies**. S/1995/1. New York: United Nations, 25 jan. 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **United Nations peacekeeping operations: Principles and guidelines**. United Nations, Department of peacekeeping operations, 2008.

OSMAN, S. S. A.; ELBASHIR, H. A. E. G.; HOSNIA, A. O. Evaluating the Effectiveness of United Nations Peacebuilding Operations. **Journal of Ecohumanism**, v. 3, n. 7, p. 3319-3335, 2024.

PARIS, R. Saving liberal peacebuilding. **Review of international studies**, v. 36, n. 2, p. 337-365, 2010.

PATRIOTA, A. A. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Instituto Rio Branco, 1998.

PETERS, B. G. **Institutional theory in political science: The new institutionalism**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019.

PINTO, V. C. **Métodos de pesquisa em Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2023. 144 p.

REZENDE, L. P. **O Engajamento do Brasil nas Operações de Paz da ONU: Análise dos efetivos enviados e recomendações para o fortalecimento da inserção internacional brasileira**. Curitiba: Ed. Appris, 2012.

RICHMOND, O. P. **A post-liberal peace**. Abingdon: Routledge, 2011.

RICHMOND, O. P. Para além da paz liberal? respostas ao "retrocesso". **Contexto Internacional**, v. 32, n. 2, p. 297-332, 2010.

RICHMOND, O. P. **Peace in international relations**. Routledge, 2008.

RICHMOND, O. P. **The transformation of peace**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

ROGERS, P. Peace Studies. *In*: COLLINS, A. **Contemporary Security Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2022.

SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. **Journal of business research**, v. 104, p. 333-339, 2019.

SØBJERG, L. M. The UN's new peacebuilding commission. **Peace Magazine**, v. 22, n. 4, p. 14–?, out. 2006. Disponível em: <https://peacemagazine.org/archive/v22n4p14.htm>. Acesso em: 8 abr. 2026.

STEINMO, S. What is historical institutionalism? *In*: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael (org.). **Approaches in the social sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 150–178.

SUTTERLIN, J. S. **The United Nations and the maintenance of international peace and security**: a challenge to be met. 1. ed. Westport: Praeger, 1995.

TSAI, K. S. Adaptive informal institutions. *In*: FIÓRETOS, Orfeo; FALLETI, Tulia G.; SHEINGATE, Adam (ed.). **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

WALLENSTEEN, P. **Peace research: Theory and practice**. Routledge, 2011.

WALLENSTEEN, P. **The growing peace research agenda**. *Occasional Paper 21*: OP 4. South Bend: Joan B. Kroc Institute for International Peace Studies, University of Notre Dame, 2001. 28 p.

WEBEL, C. Introduction: toward a philosophy and metapsychology of peace. *In*: WEBEL, C.; GALTUNG, J. (Ed.). **Handbook of peace and conflict studies**. London: Routledge, 2007.